

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.793.511 - RJ (2019/0018701-1)**

**RELATOR** : **MINISTRO GURGEL DE FARIA**  
**RECORRENTE** : **JOÃO CARLOS CABRAL**  
**RECORRENTE** : **ARISTIDES PINTO COELHO**  
**RECORRENTE** : **JOAO RICARDO SILVARES SERTA**  
**RECORRENTE** : **ANTONIO PINTO VIEIRA**  
**RECORRENTE** : **OSWALDO DOS SANTOS PEREIRA**  
**RECORRENTE** : **JAYME BRANDAO DE MARSILLAC**  
**ADVOGADOS** : **ALEXANDRE BARENCO RIBEIRO - RJ082349**  
 : **PAKISSA MOREIRA RIVERO - RJ133624**  
**RECORRIDO** : **UNIÃO**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto por JOÃO CARLOS CABRAL, ARISTIDES PINTO COELHO, JOÃO RICARDO SILVARES SERTA, ANTONIO PINTO VIEIRA, OSWALDO DOS SANTOS PEREIRA e JAYME BRANDÃO DE MARSILLAC, com base na alínea "c" do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 2ª Região assim ementado (e-STJ fl. 249):

ADMINISTRATIVO - SERVIDOR PÚBLICO - MP Nº 2.048/2000 - GCT - RECEBIMENTO CUMULATIVO COM A GAE - IMPOSSIBILIDADE - GDCT - VANTAGEM PESSOAL - GDACT - MP 2.048/2000 E REEDIÇÕES - EXTENSÃO A SERVIDORES INATIVOS - DESCABIMENTO. 1- Os autores alegam que a Gratificação de Atividades em Ciência e Tecnologia (GCT) foi incorporada aos seus proventos, por força da MP nº 2.048/2000. Entretanto, como bem ressaltou a r.sentença fustigada, ao serem analisados os contracheques que instruem a inicial, verifica-se que os autores jamais receberam a GCT, uma vez que todos eles recebiam a Gratificação de Atividade Executiva (GAE), incidindo na vedação do artigo 22. 2- No que concerne à GDCT, parcela que consta dos contracheques do mês de julho de 2000 sob a rubrica GDCT/Leis 9.638/96 e 9.647/98, passou a ser recebida pelos autores, com exceção de João Carlos Cabral, a partir de agosto de 2000, sob a denominação VANT.PES.2ART.54/MP2048-26AP, e não poderia ser incorporada, como reivindicam os autores, pois o art.18 da aludida Medida Provisória, dispõe que ficam extintas a GCT e a GDCT. 3- Em relação ao pedido de correção no pagamento da GDACT - Gratificação de Desempenho de Atividade da área de Ciência e Tecnologia, criada pela MP nº 2048/2000, sendo esta uma gratificação devida a todos os servidores públicos ocupantes de cargos efetivos da Carreira de Pesquisa em Ciência e Tecnologia, da Carreira de Desenvolvimento Tecnológico e da Carreira de Gestão, Planejamento e Infra-Estrutura em Ciência e Tecnologia, em exercício de atividades e em função do efetivo desempenho do cargo (§§ 1º e 2º do art.19, da MP 2048/2000), não tendo os Autores comprovado o recebimento da referida gratificação, não há como se dizer da incorreção ou correção do percentual devido, sendo, portanto, improcedente, também, tal pedido. 4- Ademais, os destinatários da Gratificação de Desempenho de Atividade da área de Ciência e Tecnologia - GDACT, são, exclusivamente, os servidores em atividade, uma vez que pretendeu o legislador efetivar o princípio da eficiência, inserido no art.37, caput, da Constituição vigente, concedendo-lhes gratificação pecuniária e, em contrapartida, exigindo-lhes melhor desempenho em suas atividades. 5- Apelação desprovida.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Nas suas razões, a parte recorrente aponta divergência jurisprudencial.

Contrarrazões às e-STJ fls. 301/308.

Juízo positivo de admissibilidade pelo Tribunal de origem às e-STJ fls. 310/312.

Passo a decidir.

Conforme estabelecido pelo Plenário do STJ, "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça" (Enunciado Administrativo 2).

Feita essa consideração, observa-se que a irresignação recursal não merece prosperar.

Ressalvado o meu entendimento pessoal, a jurisprudência desta Corte de Justiça é pacífica quanto à inadmissibilidade do recurso especial que, a despeito de fundamentar-se em dissídio jurisprudencial, deixa de apontar o dispositivo de lei federal ao qual o Tribunal de origem teria dado interpretação divergente daquela firmada por outros tribunais (AgRg no REsp 1.346.588/DF, relator Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, Corte Especial, DJe 17/03/2014).

Na espécie, a parte recorrente não se desincumbiu de indicar o dispositivo de lei federal supostamente violado em razão do dissídio. Assim, em respeito à orientação firmada pela Corte Especial deste Tribunal, ajusta-se à hipótese a aplicação do contido na Súmula 284 do STF.

A propósito, os precedentes de ambas as Turmas que integram a Primeira Seção deste Tribunal Superior:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. PROVA DISCURSIVA. ALEGAÇÃO DE INADEQUAÇÃO AO CONTEÚDO DO EDITAL. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. NÃO INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO SUPOSTAMENTE APLICADO DE MODO DIVERGENTE. SÚMULA 284/STF. INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULA DO EDITAL. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. SÚMULAS 5 E 7/STJ.

[...]

2. Também no recurso especial lastreado na alegada existência de divergência pretoriana se exige do recorrente a precisa indicação do dispositivo de lei federal que se afirma violado, sob pena de incidência da Súmula 284/STF. Precedentes: AgRg no REsp 1.346.588/DF, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, Corte Especial, DJe 17/3/2014; AgRg no REsp 1.527.274/MG, Rel.<sup>a</sup> Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe 23/9/2015; AgRg no AREsp 736.813/SP, Rel. Ministro Sebastião Reis Júnior, Sexta Turma, DJe

22/9/2015; AgRg no Ag 1.088.576/RS, Rel.<sup>a</sup> Ministra Maria Isabel Gallotti, DJe 26/8/2015.

[...]

4. Agravo regimental a que se nega provimento (AgRg no AREsp 770.014/SC, relator Ministro SÉRGIO KUKINA, Primeira Turma, DJe 03/02/2016).

AGRAVO REGIMENTAL. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA. RURAL. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DE DISPOSITIVO DE LEI FEDERAL VIOLADO. ALEGAÇÃO GENÉRICA. SÚMULA 284/STF. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. NÃO COMPROVAÇÃO.

Observa-se grave defeito de fundamentação no apelo especial, uma vez que o agravante não particulariza quais os preceitos legais infraconstitucionais estariam supostamente afrontados. Assim, seu recurso não pode ser conhecido nem pela alínea "a" e tampouco pela alínea "c" do permissivo constitucional, porquanto, ao indicar a divergência jurisprudencial sem a demonstração do dispositivo de lei violado, caracterizadas estão a alegação genérica e a deficiência de fundamentação recursal.

Agravo regimental improvido (AgRg no AREsp 821.869/SP, relator Ministro HUMBERTO MARTINS, Segunda Turma, DJe 24/02/2016).

Ademais, é inviável a apreciação de recurso especial fundado em divergência jurisprudencial (alínea "c" do permissivo constitucional) quando o recorrente não demonstra o alegado dissídio por meio: a) da juntada de certidão ou de cópia autenticada do acórdão paradigma, ou, em sua falta, da declaração pelo advogado da autenticidade dessas; b) da citação de repositório oficial, autorizado ou credenciado, em que o acórdão divergente foi publicado; c) do cotejo analítico, com a transcrição dos trechos dos acórdãos em que se funda a divergência, com a exposição das circunstâncias que identificam ou assemelham os casos confrontados, não bastando, para tanto, a transcrição das ementas dos julgados em comparação. Nesse sentido: AgRg no REsp 1.558.877/PR, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 05/02/2016; AgRg no AREsp 752.892/RS, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 04/11/2015.

No presente caso, a parte recorrente não procedeu à juntada de certidão ou de cópia autenticada dos acórdãos paradigmas, ou, em sua falta, da declaração pelo advogado da autenticidade dessas, não citou o repositório oficial, autorizado ou credenciado, em que os acórdãos divergentes foram publicados e deixou de realizar o cotejo analítico, não atendendo, portanto, aos pressupostos específicos para a configuração do dissenso jurisprudencial, previstos no art. 541, parágrafo único, do Código de Processo Civil e no art. 255, §§ 1º e 2º, do RISTJ.

Ante o exposto, com base no art. 255, § 4º, I, do RISTJ, NÃO CONHEÇO do recurso especial. Sem majoração da verba honorária (art. 85, § 11, do CPC/2015), em razão do disposto no Enunciado Administrativo 7 do STJ.

Publique-se. Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator